

CNJ assina acordos nas áreas de saúde, sistema carcerário e pesquisa



O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do STF, ministro Dias Toffoli, em solenidade no Salão Nobre do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, assinou três acordos de cooperação técnica. Na área de saúde, a parceria foi firmada com o Ministério da Saúde (MS) para suporte a decisões em demandas na Justiça relacionadas à saúde. Para a reinserção de presos egressos do sistema prisional na sociedade, o acordo foi assinado com a Humanitas360. Já o termo que fomenta pesquisa sobre o Poder Judiciário foi consolidado com a Universidade de São Paulo (USP).

Pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), estiveram presentes ao evento a juíza federal em auxílio à presidência, Denise Drumond, representando o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador federal Carlos Moreira Alves, e a juíza federal convocada ao CNJ Livia Cristina Marques Peres.

O acordo assinado entre o CNJ e o MS tem o objetivo de proporcionar às assessorias dos Tribunais de Justiça (TJ) e Tribunais Regionais Federais (TRF), por meio de consultoria a distância, suporte técnico para a avaliação, sob o ponto de vista médico, das demandas judiciais relacionadas com a atenção à saúde com pedido de tutela antecipada sob a alegação de urgência.

Aniversariantes

Hoje: Adailton José Carvalho de Santana (NUASG), Edna Maria de Oliveira Manhaes Silva (15ª Vara), Daniel Dunkel Simões de Oliveira (12ª Vara), Mauro Conceição Freitas (11ª Vara) e Raissa Ferreira Cruz Vilela (Paulo Afonso). **Amanhã:** Andrea Souza Barreto (Turma Recursal), Cátia Virginia Silva Gonçalves Varjão (7ª Vara), Joilson de Aquino Reis (Feira de Santana) e Elizete Monteiro (CS Gestão & Serviço).

Parabéns!

Na ocasião, o ministro Toffoli ressaltou que a judicialização é um fenômeno que implica custos elevados para os gestores públicos e para o próprio Judiciário, desestabilizando o planejamento orçamentário do Sistema Único de Saúde (SUS). “A judicialização da saúde tem que ter uma mediação, e o Judiciário se coloca junto com o Ministério da Saúde e as instituições de saúde. Já tínhamos convênio com o Hospital Sírio-Libanês, e agora passaremos a contar com a expertise do Hospital Israelita Albert Einstein”, diz o ministro Toffoli.

De acordo com o ministro da Saúde, Gilberto Occhi, atualmente no Ministério da Saúde há 15 mil processos oriundos de demandas judiciais, a maioria envolvendo o fornecimento de medicamentos de alto custo, mas também a realização de cirurgias e obtenção de leitos. “É indispensável a elaboração de subsídios técnicos que assegurem de maneira justa e eficaz o cumprimento das decisões judiciais”, enfatizou o ministro Occhi.

A promoção de iniciativas de fomento ao empreendedorismo cívico-social para pessoas privadas de liberdade e egressas

do sistema prisional, de forma a contribuir para sua autonomia e emancipação individual, social e econômica, é o objeto do termo de cooperação técnica que o CNJ e o Instituto Humanitas360 firmaram no dia. Entre as ações está a aplicação de modelos de cooperativas ou outros arranjos coletivos que prestigiem e fomentem o trabalho de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional em todo o País.

Para o presidente do STF, o caminho para enfraquecer as facções criminosas que atuam dentro das prisões é garantir direitos, serviços, assistência e políticas públicas. “Precisamos ocupar esses espaços com ações sociais e com ofertas de educação e trabalho. Temos que quitar o ócio dessas pessoas, transformando o tempo da prisão em oportunidades”, diz.

Segundo o ministro, como hoje o Estado tem dificuldades para cumprir essas tarefas, fica fácil entender porque esses espaços acabam dominados por aqueles que militam no crime organizado. “São essas organizações criminosas que acabam oferecendo aos presos e presas o que Estado não provê. E cobram caro por isso”, afirmou.

Por último, o CNJ e a Universidade de São Paulo (USP) formalizam parceria para o fomento de pesquisas empíricas em direito que subsidiem a avaliação e a proposição de políticas públicas e outras ações de interesse mútuo de forma a promover insumos para o aprimoramento da função jurisdicional no Brasil.

Fonte: CNJ

Instituída Política de Gestão de Pessoas na 1ª Região

A administração do TRF 1ª Região publicou, no dia 18 de dezembro de 2018, a Resolução Presi – 6903944 que institui a Política de Gestão de Pessoas na 1ª Região. O objetivo é estimular o desenvolvimento dos servidores bem como sua retenção na organização por meio de ações de capacitação, valorização e melhoria do clima organizacional.

Para tanto, a Política se baseia em princípios como alinhamento à estratégia definida pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); foco na melhoria contínua da prestação jurisdicional; comprometimento; eficácia; ética; inovação; responsabilidade social; sustentabilidade

e transparência; desenvolvimento, aperfeiçoamento e valorização do servidor; melhoria do clima organizacional e da qualidade do ambiente de trabalho e incentivo à gestão do conhecimento.

A iniciativa considera, entre outros fatores, a importância de implementar a política de gestão de pessoas como fator de governança de pessoal, a relevância de direcionar a organização para ações que possibilitem condições adequadas de desenvolvimento, valorização, comprometimento e retenção de seus servidores e a necessidade de se instituir uma cultura que incentive o comprometimento dos servidores com a prestação jurisdicional e com a estratégia. (Fonte: TRF1)

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

JFH HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



09/01/09 - Terceira Turma do Projeto Biblioteca Cidadã encerra atividades com confraternização - Um saboroso lanche realizado nas dependências da Biblioteca desta Seccional marcou o encerramento das atividades da 3ª Turma do Projeto Biblioteca Cidadã.

A confraternização aconteceu no dia 12 de dezembro de 2008. Durante o encerramento, houve sorteio de brindes e foi feita uma reflexão do trabalho nas oficinas realizadas. Estiveram presentes ao evento a supervisora da Biblioteca, Luzineide Oliveira, o supervisor da DELTA, Dalvo Marques, as servidoras facilitadoras das oficinas, Márcia Reis, Myrtô Magalhães, a servidora aposentada Adalice Santos e as orientadoras individuais, Rosane Cerqueira e Isa Perpétua.

Concluíram esta terceira turma as funcionárias Edna Alcântara, Lindinalva Souza, Cristina Silva Santos, Eugênia Batista dos Santos, Maria Nilza Oliveira Brito, Cátia Pires de Souza, Edileuza Maria de Jesus, Onelice Aragão Silva e Maria Hedwiges Soares Paranhos.

Após a reflexão do trabalho, algumas alunas deram seus depoimentos: “Aprendi a ler mais e a ser menos ansiosa”, disse Lindinalva Peixoto. Já Cristina Santos afirmou: “Estou me interessando mais pela leitura. Antes, mal pegava no livro. Mas depois de participar desse projeto, pude provar para mim mesma o quanto sou capaz. Pena que o tempo foi curto”, lamentou.

A aluna Eugênia Batista agradeceu à Direção do Foro, aos colaboradores e a todos que participaram do curso. Para Terceira Turma do Projeto Biblioteca Cidadã encerra atividades com confraternização ela, o que mais lhe marcou foram os ensinamentos sobre orçamento doméstico, o que a ajudou até na melhoria de sua qualidade de vida. E Maria Nilza estava contente ao relatar que teve a oportunidade de se corrigir como pessoa, aprender coisas boas, a lidar melhor com os colegas de trabalho, com a família, com o orçamento doméstico e outros tipos de situação. (...)